



AS RELAÇÕES DE GÊNERO APLICADAS À ANÁLISE SOCIOESPACIAL: COMO A CONSTRUÇÃO CULTURAL NO ESPAÇO URBANO APRISIONA AS MULHERES

Letícia Sampaio

Lauro França

Resumo:

Esse trabalho tem por objetivo compreender e analisar as implicações do gênero nos estudos geográficos bem como a determinação dos papéis espaciais desempenhados pelas mulheres – designados pela socialização – e a análise das desigualdades sociais as quais são submetidas com a inclusão do espaço como ambiente de estudo de gênero. Para cumprir o objetivo proposto faremos uma análise das origens da Geografia de Gênero e tomaremos como base conceitual o Feminismo Radical, centrada no patriarcado e capitalismo, dentro de um subcampo da Geografia Marxista, a Geografia Feminista tratada com materialismo dentro do espaço urbano em conjunto com o entendimento geográfico cotidiano baseado nas filosofias de significado: a fenomenologia e a hermenêutica, através das experiências vividas íntimas e coletivas.

Abstract:

This study aims to understand and analyze how to make gender implications nos Geographical Studies as Well as the determination of Space roles played by women - designated For Socialization - ea Analysis of Social Inequalities as What are subjected to a Space Inclusion How Gender Study environment. To Fulfill the Goal proposed will do An Analysis of Gender Geography Origins and take As conceptual basis Radical Feminism, centered on patriarchy and capitalism, um subfield Within the Marxist Geography, Feminist Geography treated with materialism Within the urban space in Set Understanding the geographical daily based NAS Philosophies of meaning: the hermeneutic phenomenology ea, through the Lived Experiences

INTRODUÇÃO

Na década de setenta, avançou-se o campo da Geografia Humana, parte desse avanço se deu com a inserção de um subcampo de pesquisa dentro da Geografia Cultural, a Geografia de Gênero. Mesmo com os diversos enfoques da mulher na Geografia, a Geografia de Gênero aparece com enquadramentos precisos e o estabelecimento de bases conceituais e teóricas aplicadas ao estudo das relações espaciais envolvendo gênero.

“Os estudos se caracterizaram pela busca de uma identidade própria, ou seja: origens políticas, questões de desigualdade e status da mulher na sociedade e na disciplina” (MARIA LUIZA, 2011, p.28)

“Assim, a Geografia Feminista após a sua instalação, tem se desenvolvido significativamente, incorporando conceitualmente e metodologicamente à análise de gênero aos processos espaciais”. (MARIA LUIZA, 2011, p.28)

No campo das análises da Geografia Cultural, cabe, aqui, discorrermos sobre o conceito de cultura, aqui, compreendida como uma construção social particular que se diferencia nos inúmeros grupos encontrados na sociedade. *“Cultura é um conjunto de ideias, hábitos e crenças que dá forma às ações das pessoas e à sua produção de artefatos materiais, incluindo paisagem e o ambiente construído. A cultura é socialmente definida e socialmente determinada. Formas culturais são expressas nas vidas de grupos sociais que articulam, expressam e contestam esses conjuntos de opiniões e valores, que são eles próprios específicos no tempo e no espaço.”* (LINDA MCDOWELL, 1996, p. 161)

A Geografia Cultural dinamiza os objetos de estudo ao propor uma análise diferenciada dos objetos cotidianos e aplicação dos conceitos como representação da natureza, construção social e identitária com base nos lugares. *“O lugar, tanto quanto o espaço, foi atrelado à noção de performatividade, transformando a ideia de preexistência e fixidez para a noção de lugares que são construídos a partir de performances [...]. A nova Geografia Cultural tendeu a superar a apreensão das paisagens através dos elementos materialmente evidentes e trouxe para o foco de estudos as atividades da vida cotidiana, provocando o crescimento da afinidade até então inexistentes entre ambos os campos de estudos.”* (SILVA, 2008, p. 231).

A Geografia Cultural, ao se inserir na perspectiva humana carregando um

dinamismo diferenciado da geografia tradicional, insere na material espacialidade, o imaterial da *geograficidade* e procura entender as relações entre o ser humano e o meio, de seu mundo vivido, o ambiente das relações cotidianas, experiências e de simbolizações, baseado em sentidos e valores. Todavia, as relações de gênero, por serem influenciadas por atitudes relacionais preestabelecidas, corroboram com uma construção de espaço social distinto para homens e mulheres.

Assim, os estudos feministas e de gênero tecem sobre a geografia, uma nova abordagem, a Geografia Feminista, que se torna parte colaborativa da Geografia Cultural, na qual aparece como uma nova perspectiva de análise, enquadrando o gênero na geografia na ótica das relações e dinâmicas de produção do espaço partindo das relações sociais interferindo na configuração socioespacial e dos questionamentos culturais no espaço.

Desse modo, esse trabalho procura identificar quais são os elementos que constituem e relacionam pobreza, gênero e espaço urbano, bem como abordagens geográficas entre gênero e espaço de modo que evidencie a espacialidade do cotidiano feminino partindo do material e do simbólico, ou seja, a abordagem de conceitos como espaço, paisagem, lugar e território na perspectiva humanística englobando a questão de identidade e poder no território: a cultura empregada na formação das paisagens e seus fatores determinantes na organização espacial. Procuramos também identificar os elementos que constituem a produção do espaço urbano periférico e a organização espacial – que reflete os estereótipos dos lugares masculinos e femininos – e dessa forma identificar numa leitura da distribuição funcional da paisagem, como o planejamento urbano construído sob a ótica masculina aprisiona as mulheres ao diferenciar as áreas: acentuando a divisão sexual do trabalho, a segregação espacial que segue a lógica capitalista e o modelo social patriarcal estabelecendo uma feminização da pobreza.

O CONCEITO DE FEMINISMO E A ESPACIALIDADE DA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERS

Seria complicado conceituar a palavra “feminismo”, por se tratar de um símbolo de luta com raízes no passado, que se faz presente hoje em dia, e ainda sem uma conclusão. Podemos sim, afirmar, que o feminismo busca equidade entre os gêneros, em todas as esferas da sociedade, bem como a emancipação feminina. Uma resposta incerta seria a de localizar quando e onde se começou essa desigualdade, de modo que está enraizada nas mais diversas culturas. Então, no

século XIX se iniciou as primeiras lutas no sentido de garantir direitos básicos para as mulheres, como direito à educação e até ao voto. Essa primeira onda de lutas ficou conhecida como “sufragismo”, se iniciando nos Estados Unidos. Um detalhe importante sobre essa primeira onda de protestos e reivindicações, é que foi liderada por mulheres da classe média, logo representando os interesses então de mulheres que não faziam parte da classe trabalhadora assalariada; assim como foi o caso do Brasil, com Berta Lutz, no Rio de Janeiro, que representava a classe de mulheres da burguesia, na luta pelo direito ao voto. O que acontece durante a década de 60, e posteriormente, é um trabalho maior no sentido de uma maior reflexão sobre a desigualdade de gênero, sobre a influência cultural nessas desigualdades e como se poderia desconstruir esse paradigma da separação entre homem e mulher. Com o argumento de que o conceito de “masculino e feminino” é algo construído culturalmente na sociedade as diferenças seriam impostas, resultando no que vemos hoje, homens com determinada função social e importância, e mulheres com outras funções sociais, com menos importância, no caso. É importante salientar que as expectativas comportamentais do chamado masculino e feminino são impostas com base no sexo biológico: nesse momento nasce a diferença, a hierarquia e suas relações de poder.

Com a estratégia de mudar a mentalidade da sociedade no sentido de perceber que a ordem estabelecida foi construída pelo homem, e não pela natureza (como se fosse algo natural), fica mais fácil levantar as discussões e debates acerca das diferenças entre os gêneros, em todas as esferas da vida, inclusive no que diz respeito à organização espacial.

O slogan “O pessoal é político” traduzia exatamente esse caráter de levar ao debate questões que até então não seriam de cunho político; o “privado” então seria exatamente questões relacionadas a assuntos domésticos, do espaço familiar e seu cotidiano. Espaço esse onde se reproduzem as mais diversas injustiças e diferenças entre gêneros, no sentido de, por exemplo, sobrecarregar a mulher com a maior parte ou todas responsabilidades domésticas, e consequentemente a privando de outras funções fora de casa. Dessa forma, violência, opressão e diversos problemas domésticos poderão vir à tona, para uma discussão pública, afim de se conseguir leis que garantam os direitos de todas as mulheres.

Durante as últimas décadas do século XX, se notou atos e conferências voltados às lutas feministas, e como consequência, um grande aumento dessas organizações. Com esse aumento da popularidade da luta feminista, o movimento foi ganhando nova força e com seu aumento ao decorrer das décadas, quase que naturalmente surgiriam outras vertentes de pensamentos do feminismo, como o Feminismo Radical. No feminismo radical, há uma maior

mobilização para mudança da sociedade, no sistema legal e político. Argumentando também que não se trata de somente incluir a mulher em espaços até então não alcançados, mas sim mudar a estrutura da sociedade, afim de desconstruir o patriarcado, afim de acabar com a ideia de “superioridade masculina”, e assim, acabar com a exploração da mulher pelo homem. Centrado no Estado e no capitalismo como formas de legitimar o patriarcado, o Feminismo Radical se atém á realidade material das mulheres enquanto classe, porém com seus devidos recortes: racial e social. Ainda assim, tem pautas específicas à mulheres designadas biologicamente mulheres ao nascer, tratando com cunho material (por isso muitas vezes tratado como uma vertente marxista do feminismo) as diferenças biológicas entre homens e mulheres, que servem de base para a hierarquia de gênero construída posteriormente. Pautas como a maternidade compulsória são evidenciadas, acreditando que pelo fato das mulheres engravidarem e ficarem um longo período completamente voltadas a criação de um novo filho, se privam de desenvolver muitas outras atividades, podendo se tornar dependentes dos homens, que ficam livres para fazer todas as outras atividades. A dependência financeira também se torna uma arma quando se vive em uma sociedade desigual. Por isso foi a base que tomamos para discutir nesse artigo a feminização da pobreza urbana, que advém da remuneração desigual dos trabalhos realizados por mulheres. Por esse motivo o divórcio ainda se torna uma realidade distante mesmo em lares abusivos, e é também por esse motivo que lares chefiados por mulheres tendem a possuir menor renda. Assim como o espaço urbano periférico tende a ser constituído, em sua maioria, por lares chefiados por mulheres.

Desconstruir o que está enraizado numa cultura pode ser muito difícil, de modo que somente em 2006 foi promulgada uma lei que criminaliza a agressão a mulher. A importância da criação da Lei Maria da Penha (11.240/06) foi a de ratificar o que seria considerado como violência à mulher.

E o que é violento? A segregação é violenta. O controle moral que vem em conjunto com o papel determinado às mulheres num ambiente disciplinador repassado pela organização que reafirma a supremacia masculina é violento. Um espaço que aprisiona as mulheres é violento.

CONSTRUÇÃO SOCIOESPACIAL, TERRITORIALIDADE E REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA

Compreendendo o espaço social e suas relações como agentes que moldam a

estruturação do espaço, inserimos as relações de gênero como categoria das delimitações espaciais, tecemos uma abordagem que encare o feminino como elemento territorial que evidencia sua territorialidade e suas representações identitárias numa análise geográfica das relações socioespaciais pontuando a participação da mulher na produção e reprodução do território e a espacialidade das lutas femininas.

“O objetivo da geografia humana fenomenologicamente fundamentada não deve ser mais o de analisar somente o espaço, mas principalmente as relações do cotidiano, produzidas pela ação social” (WERLLEN, 2000, p.21)

Tomando a conotação política da organização do espaço pelo homem, pode-se entender a territorialidade como:

“Um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam” (SOJA, 1971, p. 19). O conceito tomado de territorialidade se torna mais nítido em uma análise espacial que tome o espaço produzido também como espaço social vivido onde os grupos sociais agem movidos por seus interesses:

“O espaço social não é neutro. O jogo social desenrola-se, do indivíduo ao grupo ou entre grupos, segundo relações que se denominam tensões, oposições, lutas, ou então solidariedades, colaborações ou compromissos. E deste jogo, impulsionado pelos interesses materiais, são as oposições de classe que dão a regra.” (FRÉMONT, 1980, p. 36).

Verifica-se então, sob esses aspectos, o papel das relações sociais de gênero, instauradas culturalmente, e as questões condicionadas ao gênero no que diz respeito à caracterização do espaço e a forma como se delimita a maneira que homens e mulheres ocuparão e se apropriarão de determinado espaço social, desaguando em algo que enxergamos como o que se compreende como uma segregação dos seres no ambiente construído de acordo com o corpo, que caracterizado como de macho ou fêmea se torna a base sobre a qual institui-se os papéis de gênero e as expectativas de comportamento culturalmente cultivados.

A Geografia de Gênero ascende na geografia quando observa-se que nos estudos geográficos desenvolvidos até então, a noção de território tem como base uma espécie de propriedade que se conquista e estabelece historicamente através da violência, o que possibilita apontar que nas diferenciações internas existentes no território, dentro do conquistado pela

força masculina também existe o espaço feminino, numa ideia que pode ser concebida como *centro* e *margem*, sendo o centro o sujeito com força hegemônica e na margem o sujeito oprimido, o que constitui dentro de um mesmo espaço delimitado uma pluri-localidade que detém inúmeras configurações socioespaciais, dentre elas a tensão entre centro e margem rearticulando e posicionando os sujeitos sociais no território. Dada essa situação, o conceito de territorialidade se encaixa perfeitamente em uma abordagem feminista e de representação de identidade se compreendido como a intenção individual ou de um grupo de controlar e influenciar pessoas e territórios, por meio de delimitação e defesa de determinada área geográfica ou ainda como consciência de pertencimento a uma determinada área. Nesses moldes, torna-se visível o papel do Estado e território na legitimação do patriarcado e seus papéis no que diz respeito à segregação espacial de mulheres e de que forma as diferentes espacialidades desenvolvidas por homens e mulheres fazem parte da produção do espaço da cidade.

ESPAÇO URBANO E APRISIONAMENTO FEMININO

Se as características dos lugares são, assim como as características entre os gêneros, produzidas culturalmente: o espaço urbano é produto social. As performances são referentes ao conjunto de relações que segregam e delimitam as ocupações dos lugares. O significado do que é ser homem e do que é ser mulher é proveniente das relações de poder que se constroem em determinados ambientes sociais que culminam em espacialidades diferenciadas pelas condições de gênero.

Nessa linha de pensamento, podemos observar a paisagem cultural como o ponto geográfico na cultura, quando essa ultrapassa a dimensão simbólica assim que o espaço se torna território e deixa sua marca na paisagem.

Segundo Roberto Lobato Corrêa, em “O espaço urbano”, a abordagem do espaço se dá enquanto instância, reflexo e condição da sociedade, produzido pela/na relação entre os indivíduos: *“Eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”*

Dentro dessa lógica, salientando a cultura como integrante na construção do espaço, o gênero, dentro do urbano, se torna um importante elemento constitutivo na relação social

desse espaço ao nos atentarmos para a existência de espaços de confinamento e constrangimento, bem como a diferença de acesso físico à determinados lugares de acordo com sua classificação em macho ou fêmea. As barreiras invisíveis do patriarcado são legitimadas pela organização espacial e a violência contra o feminino é estabelecida espacialmente.

Margareth Rago, ao falar da colonização da mulher, chama atenção para a socialização feminina ao documentar que mesmo em um momento em que a mulher é “solicitada” no espaço público, ainda se constrói uma representação que a identifica como doce e submissa.

“Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas [...]” (MARGARETH RAGO, 1984, p.88)

Nesse trecho, percebemos que, ainda que a urbanização solicite a presença da mulher nos espaços públicos, esta não se torna emancipada. As correntes patriarcais disciplinadoras são meramente afrouxadas, mas ainda existem. Ocorre também no espaço urbano, agora refletindo os moldes capitalistas, uma colonização dos úteros. A mulher se torna agora, também no urbano, uma figura de reprodução da força de trabalho – e nunca desvinculada dos discursos moralistas e disciplinadores.

“[...] Demandando seu retorno ao campo que o poder masculino lhe circunscreveu: o espaço da atividade doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade” (MARGARETH RAGO, 1984, p.90)

“A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade. Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho” (MARGARETH RAGO, 1984, p.89)

Em um espaço urbano fragmentado e articulado, uma das formas mais presentes de apropriação desse espaço se dá através da interação, ou seja, a relação entre as localizações e o acesso aos objetos espaciais através dos deslocamentos. Dificultando o acesso das mulheres à esses espaços, fica visível como existe um confinamento – direto ou indiretamente – no espaço do lar, fortalecendo uma postura disciplinadora ao se forçar que a mulher passe da esfera pública

e da vida social à esfera do lar.

Com uma menor acessibilidade ao espaço urbano e dificuldade de deslocamento, conseqüentemente tem-se um menor acesso à informação, o que caracteriza que com a menor liberdade de circulação as mulheres acabam com menor organização entre si, por isso trazemos à tona a importância do movimento feminista e da questão de gênero nos questionamentos do espaciais, visto que a emancipação feminina só será passível de ser dada por completa quando for possível estabelecer uma territorialidade feminina nos espaços sociais produzidos em conjunto com uma formação identitária dentro dos territórios e que a falta de organização por parte das mulheres as deixam mais vulneráveis e suscetíveis à subordinação masculina, inclusive no que diz respeito à esfera do trabalho e da produção, mais um fator que favorece a pobreza feminina e a dependência econômica.

“Ao exigir o confinamento da mulher à esfera privada da vida doméstica, alienante e redentora, os militantes e trabalhadores em geral contribuíram para firmar sua própria posição social no processo produtivo, valorizando a força de trabalho masculina qualificada ou não” (MARGARETH RAGO, 1984, p.90). *“Em qualquer caso, o campo de atuação da mulher fora do lar circunscreveu-se ao de ajudante, assistente, ou seja, a uma função de subordinação a um chefe masculino em atividades que a colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório”* (p.91)

Se tomarmos o confinamento como não só limitador, mas como disciplinatório, se torna fato que ele visa definir o lugar da mulher na sociedade, construir e impor uma identidade, e ainda também, sufocar qualquer levante feminino pela emancipação financeira tolhendo suas oportunidades. O capitalismo também legitima assim, o patriarcado. *“O grau de controle que as mulheres podem exercer sobre sua sexualidade e sobre seus próprios corpos, bem como oportunidades de ganhar a vida, é também materialmente limitadas pelas relações patriarcais”* (WGS, 1984, p.33). Nos mantendo no enfoque da mulher operária que se vê moralmente presa à esfera do lar mesmo ao adentrar o espaço urbano, entendemos a formação da identidade das mulheres não só como uma classe trabalhadora, mas também como indivíduos desvinculados dos homens. *“Penso, nesse sentido, nas lutas que representaram um questionamento prático das imposições que pesavam sobre a mulher, na própria definição de sua identidade e não apenas na condição de trabalhadora”* (MARGARETH RAGO, 1984, p.101)

Diante disso, percebe-se um fortalecimento da resistência feminina – até então difusa e pouco organizada, no campo da moral, um resgate da representação da mulher como atriz social, ativa e combativa, lutando contra o silenciamento disciplinatório imposto sobre seu

sexo e sistema reprodutor:

“Certamente podemos encontrar outras expressões das lutas de resistência feminina fora do campo minado da política institucional. Afinal, é sobre a questão moral que recai o maior peso da opressão sobre a mulher. A não amamentação, a prática do aborto, a contestação do papel da esposa-mãe-dona-de-casa podem ser pensadas como sinais de outro tipo de resistência social das mulheres” (MARGARETH RAGO, 1984, p.102)

Nesse quesito também, a reviravolta das mulheres operárias contra a institucionalização da moral sobre o feminino e o emergir das mulheres contra o confinamento do lar, demonstra também uma reivindicação do espaço, o que se mostra numa outra forma de resistência feminina, a resistência espacial, a territorialização dos espaços femininos que ainda se mantém em constante evolução: o confinamento se apresenta de maneira mais branda mas o espaço, como um todo, ainda não as pertence.

ESPAÇOS DE CONFINAMENTO E CONSTRANGIMENTO

Não de hoje, o espaço urbano aprisiona a mulher – não só espacial como moralmente. Os espaços de confinamento e constrangimento se mostram extremamente visíveis tomando como exemplo a problemática da prostituição urbana nos entornos das vilas operárias do século XX, onde não só as casas de prostituição mas também as próprias prostitutas eram classificadas de acordo com sua localização – a distinção entre a segunda e terceira “classe” de prostitutas é feita de acordo com a habitação onde moram: as do primeiro tipo, em casas aristocráticas, já as do terceiro, vivem em casas com um aspecto menos agradável e menos adornadas. Na lógica do Feminismo Radical, a prostituição representa um problema não só cultural como econômico. As prostitutas, em sua maioria, sempre advieram de classes baixas.

“[...] A grande maioria das prostitutas provém das camadas mais pobres da população, especialmente das “não casadas da classe proletárias” [...]” (MARGARETH RAGO, 1984, p.118). Ainda assim, mesmo coagida pela miséria, a prostituta simboliza a negação dos valores dominantes e por isso é destinada a viver confinada em espaços constrangedores. Tem sua imagem construída para se opor à mulher honesta – casada e boa mãe, e acusada de ameaçar subverter a boa índole masculina. *“Por isso ela deve ser enclausurada nas casas de tolerância ou nos bordéis, espaços higiênicos de confinamento da sexualidade extraconjugal, regulamentados e vigiados pela polícia e pelas autoridades médicas sanitárias”* (p.122)

O enclausuramento é, também, uma medida de higienização: a prostituição é economicamente viável – enxergando a mulher como mercadoria, mas socialmente inaceitável. A única forma de conciliar as categorias antagônicas é a segregação espacial. O registro e controle dos bordéis do século passado pouco se difere da marginalização das prostitutas que ocorre diariamente nas ruas das cidades. O espaço é disciplinador e funciona como forma de controle moral sobre as mulheres.

Se a interação representa apropriação dos espaços, à quem ele pertence? Quem pode apropriar-se dele?

“Além de confinar as prostitutas dentro de espaços especiais, vigiados e marginalizados, os regulamentaristas defendam que estes estivessem localizados em bairros distantes das escolas, das igrejas, dos internatos e dos bairros residenciais. As meretrizes deveriam ter poucas permissões de saída [...]” (p.124)

“Procedimento que, aliás, prossegue nos dias de hoje. Apesar de os regulamentos da polícia de costumes visarem às prostitutas de todas as classes sociais, na prática eles incidem mais severamente sobre a prostituição clandestina popular” (p. 127)

CONCLUSÃO

Uma espécie de domesticação da classe operária, e sobretudo das mulheres, começa a tomar forma no início do século XX. Uma das estratégias de dominação adotada para isso foi o enclausuramento. Um enclausuramento nas vilas operárias dos trabalhadores como um todo, mas fundamentalmente das mulheres: cercadas pelos muros da fábrica, pelas barreiras do lar e pelos limitado espaço dos prostíbulos. Essa forma de domesticação prevalece até os dias atuais.

O ordenamento espacial é político. O Estado legitima o patriarcado. O mecanismo disciplinador, toma forma então por meio do espaço urbano – a urbe industrial que cresce mas ainda assim cerca a mulher dentro dos limites do lar e do campo da moral.

A relação de dominação entre homem e mulher é repassada pela organização do espaço, pela diferença de acessibilidade entre os sexos e pela dificuldade de deslocamento que atinge as mulheres. Encerramos o artigo com a certeza de que a apropriação dos espaços pelas mulheres é um ato de resistência, a fim de que consigam formar uma identidade e uma territorialidade próprias. Deste modo, acreditamos que a dinamização no campo da Geografia Humana, com o subcampo de gênero dentro da Geografia Cultural é de total importância, uma

vez que muitas vezes a organização do espaço deixa de lado essa questão e visto que a conquista do espaço por parte das mulheres é fundamental para o fim do patriarcado.

“E o homem continua a querer entrar-lhe os movimentos e, portanto, a cercar-lhe o progresso. A mulher só tem direito de sair, de se locomover se vai trabalhar, ganhar dinheiro. Continua dando conta ao homem de todos os seus passos e até do seu salário. É outra espécie de exploração. É o castigo em família [...]” (MARIA LACERDA in: Han Ryner e o amor plural, p.34)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RAGO, M. **Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ORNAT, M; SILVA, J.M. **Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano.** Revista de História Regional 12(1): 175-195, Verão, 2007.

MCDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social.** Rio de Janeiro: Zahar, 159-188, 1996.

MOLINIER, P. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.